

RESENHA

NEVES, W.A. (org.) *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991; 192 pp.

Pedro Paulo Abreu Funari*

Os artigos reunidos por Walter A. Neves referem-se às contribuições apresentadas durante um *workshop* promovido pelo Programa de Biologia Humana do Museu Paraense Emílio Goeldi, em maio de 1988, em Belém. O encontro visou, por um lado, a discussão de temas científicos propriamente e, por outro, a definição de diretrizes para o desenvolvimento dos estudos de adaptação humana ao trópico úmido brasileiro. Sob vários aspectos, este livro poderá se transformar num importante agente de mudança, podendo desencadear, no Brasil, a adoção do evolucionismo na pesquisa da mudança cultural. A Ecologia e o Materialismo Cultural, a Sociobiologia e a Co-evolução têm passado despercebidos no país como instrumentos legítimos de investigação.

Esta coletânea de estudos sobre a História da ocupação amazônica conta com a participação de catorze autores, nove deles estrangeiros (dos Estados Unidos e da Venezuela), totalizando nove artigos específicos. James Neel (Michigan) considera, em sua contribuição (pp.25-38) que as sociedades ancestrais das atuais sociedades civis européias ou asiáticas eram sociedades tribais, cuja amalgamação, durante o processo civilizatório, deu origem aos atuais Estados. A América do Sul e, mais especificamente a Amazônia, ainda guardam as poucas organizações tribais passíveis de serem estudadas biológica e socialmente. Ainda a este respeito, Francisco M. Salzano (RS), P. Pandey (Carolina do Sul) e S.E.B. Santos (PA) apresentam uma revisão (pp.39-54) sobre as relações biológicas intergrupais para nove populações Karib e oito populações Tupi.

Francis L. Black (New Haven), J.P. Pandey e S.E.B. Santos apresentam fundamental contribuição para o estudo das relações intra

e extra-continetais das populações aborígenes sul-americanas (pp.55-84) tratando, desta forma, da polêmica questão da origem do homem americano. Na medida em que qualquer contribuição significativa de contingentes populacionais não-asiáticos para a formação das populações nativas sul-americanas teria deixado registros haplótipos que não são encontrados no Novo Mundo, pode concluir-se pela origem exclusivamente asiática dessas populações. Ainda nessa linha, Z. Layrisse, H.D. Heinen e A. Rodríguez (todos venezuelanos) também se referem à variabilidade genética das populações ameríndias, com especial ênfase nos índios amazônicos.

Do ponto de vista histórico, a contribuição mais significativa consiste no artigo de Anna C. Roosevelt (Nova Iorque) (pp.103-142). A autora faz uma revisão em profundidade do determinismo ecológico na interpretação das transformações indígenas na região. Argumenta, reinterpretando os dados ecológicos, etno-históricos, arqueológicos e históricos, que as teorias de determinismo ecológico aplicadas por sucessivas gerações de antropólogos, arqueólogos e historiadores norte-americanos e por seus seguidores brasileiros à Amazônia foram muito mais influenciados por fatores etnocêntricos e por raciocínios ahistóricos e neocoloniais do que pelas evidências empíricas sobre os sistemas naturais e sociais da região. A expansão colonial européia, principalmente a dos primeiros anos de contato, afetou materialmente, de forma significativa, as populações nativas da Amazônia, sobretudo aquelas organizadas em sistemas sociais complexos ao longo das várzeas e que poderiam ter servido de obstáculo imediato ao domínio europeu.

Anna C. Roosevelt toca num ponto importante da História da pesquisa histórico-arqueológica no Brasil por parte de arqueólogos norte-americanos e por seus alunos brasileiros. Assim, lembra (p.106) que a teoria do

(*) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

determinismo ecológico que Steward articulou foi pela primeira vez adotada como estratégia de pesquisa quando os primeiros arqueólogos profissionais norte-americanos espalharam-se pela América Latina, frequentemente com vínculos muito próximos ao Governo americano através do OSS, da CIA e do Departamento de Estado. Apesar de deficiências metodológicas evidentes, esta abordagem exerceu grande influência entre os pesquisadores brasileiros, através de programas de cooperação entre instituições governamentais americanas e brasileiras, durante o regime militar, tendo gerado uma rede de colegas e de pupilos brasileiros dedicados à sua teoria e linhas metodológicas (p.107). Na verdade, somente quando arqueólogos norte-americanos de instituições independentes entraram em campo, quando a arqueologia brasileira tornou-se mais independente da influência do governo americano e com o fim do regime militar no Brasil, é que as evidências contrárias à validade da teoria ecológica começaram a aparecer. A escola determinista ligada à CIA e os arqueólogos comprometidos com o regime militar no Brasil, frequentemente, não deixavam que se publicasse achados que destoassem de sua visão, algo facilitado pelo controle de cargos e publicações arqueológicas no país.

Roosevelt, ao contrário desta arqueologia colonialista e aliada a regimes e ideologias autoritários, propõe um engajamento ético do pesquisador de nossa História. Assim, ressalta, ao final de seu artigo (p.133), que o registro histórico torna claro que as populações e sociedades indígenas da Amazônia não podem sobreviver à intrusão em massa de colonos euro-americanos, com suas indústrias e instituições. Para os cidadãos e governos das nações onde os índios agora vivem, essa solução

passa, necessariamente, pelo reconhecimento do grande valor da diversidade cultural e dos direitos soberanos das sociedades indígenas em relação às suas terras e a seus modos de vida.

Stephen Beckerman (Pennsylvania) também analisa a questão das adaptações ecológicas das populações nativas da Amazônia, antes e logo após o contato (pp.143-160). Emilio F. Moran (Indiana) enfoca, basicamente, a questão da diversidade ecológica da região amazônica e as implicações dessa diversidade para o planejamento do desenvolvimento econômico da região (pp.161-178). Carlos E.A. Coimbra Jr., por fim, analisa a questão da adaptação humana na Amazônia, concentrando-se sobre as relações entre sistemas sociais e doenças (pp.179-192).

A publicação desta obra, graças ao apoio da Organização de Estados Americanos e do CNPq, constitui importante contribuição tanto para o conhecimento da História Amazônica como para uma reflexão crítica sobre a História recente do país e sua significação para o desenvolvimento das Ciências Humanas, em particular da Arqueologia. Poucos expuseram, até o momento, o comprometimento da Arqueologia Brasileira com órgãos acientíficos como a CIA ou com os piores excessos repressivos do regime militar, através de cassações, censura e controle de postos acadêmicos, de instituições e de órgãos de publicação científicos. Graças a esforços como este, o silêncio imposto pelos ainda detentores do poder começa a ser contrastado. A liberdade significa o respeito à divergência e os autores parecem bem conscientes disso ao dedicarem o volume "a todos aqueles que, em, qualquer lugar e tempo, dedicaram suas vidas à sobrevivência de sociedades diferentes de suas próprias".

Recebido para publicação em 29 de agosto de 1992.